

AGIR PELA SUSTENTABILIDADE

Abordagem do
Banco de Portugal
à sustentabilidade
ESG 2022-25



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA

AGIR PELA SUSTENTABILIDADE

Abordagem do
Banco de Portugal
à sustentabilidade
ESG 2022-25



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Lisboa, 2022 • www.bportugal.pt

Índice

Sumário executivo | **5**

1 Enquadramento | **7**

2 Sustentabilidade ESG: onde estamos? | **8**

2.1 O caminho percorrido pelo Banco de Portugal | **8**

2.2 Abordagem dos bancos centrais à sustentabilidade ambiental | **13**

3 Visão e prioridades para a sustentabilidade ESG | **16**

3.1 Visão | **16**

3.2 Prioridades | **16**

Sumário executivo

A sustentabilidade ambiental, a inclusão e justiça sociais, a transparência e as boas práticas de governação são hoje temas inescapáveis.

Ao longo dos últimos 15 anos, a sigla ESG (*Environmental, Social and Governance*), que capta as dimensões ambiental, social e do governo das organizações, afirmou-se como referência na definição das políticas públicas e das estratégias das empresas e das instituições financeiras orientadas para a sustentabilidade.

No caso dos bancos centrais e supervisores financeiros, é reconhecido que, sem sustentabilidade ESG, o cerne da sua missão — a estabilidade macroeconómica e financeira—estará sempre em risco.

O pilar ambiental tem assumido maior protagonismo porque os riscos ambientais, associados, sobretudo, ao fenómeno das alterações climáticas, constituem uma importante fonte de risco para o balanço das instituições financeiras — repercutindo-se, por esta via, diretamente na missão dos supervisores — e têm implicações macroeconómicas mais vastas, potencialmente relevantes para a condução da política monetária.

Ao longo dos últimos três anos, o Banco de Portugal tem trabalhado com crescente intensidade os temas da sustentabilidade ambiental e do financiamento sustentável. Aderiu à Network for Greening the Financial System (NGFS), elaborou uma estratégia e um plano de trabalhos, produziu estudos e análises, adotou medidas de supervisão, adquiriu obrigações verdes, alargou a sua participação e intervenção em estruturas nacionais e internacionais, reduziu a pegada ecológica e desenvolveu iniciativas de comunicação sobre estes temas.

Não obstante a maior atenção dedicada à componente ambiental, os pilares social e da governação também são materialmente relevantes para os bancos centrais, quer por inerência da sua missão quer numa perspetiva de liderança pelo exemplo.

No domínio da responsabilidade social, o Banco de Portugal continuou a apoiar causas e projetos socialmente responsáveis, em parceria com a comunidade, a promover a literacia económica e financeira e a incentivar o desenvolvimento dos seus trabalhadores.

O Banco aperfeiçoou também o seu modelo de governo, organização e processos para dar resposta às exigências decorrentes das novas funções que lhe foram atribuídas e da transformação digital, e apostou numa comunicação moderna, diversificada, abrangente e orientada para os diferentes interlocutores.

Com este documento — “Agir pela sustentabilidade” —, o Banco de Portugal dá continuidade ao “Compromisso com a sustentabilidade e o financiamento sustentável”, vigente em 2020–21. O documento integra as iniciativas do Plano Estratégico 2021–25 relacionadas com a sustentabilidade ESG. Pretende-se, desta forma, transmitir uma visão integrada do posicionamento do Banco de Portugal relativamente a um tema que impacta transversalmente toda a sua atividade e consolidar as orientações que guiarão a sua atuação ao longo do próximo quadriénio.

No Plano Estratégico 2021–25, e no âmbito das cinco orientações estratégicas (OE) nele definidas, o Banco de Portugal identificou sete iniciativas prioritárias (IP) que relevam para a sustentabilidade ESG e que nortearam a elaboração deste documento:

OE 1 | Robustez do sistema financeiro

IP 4 – Acompanhar as implicações das alterações climáticas e da transição energética para a política monetária e a estabilidade financeira.

OE 2 | Proteção do mercado bancário

IP 3 – Acompanhar a evolução e a sustentabilidade dos modelos de negócio das instituições, com foco na transformação digital, na resiliência operacional e na gestão dos riscos ambientais.

OE 3 | Recuperação e resiliência da economia

IP 1 – Contribuir para o reforço do conhecimento em questões de política pública através de uma abordagem mais sistematizada, promovendo um maior debate, análise e uma cultura de avaliação.

IP 2 – Investir na compilação e na produção de dados para suporte ao aconselhamento sobre a atuação dos agentes económicos.

OE 4 | Confiança e influência na sociedade

IP 3 – Incrementar a responsabilidade social e a sustentabilidade nas dimensões ambiental, social e de governação.

OE 5 | Governação e gestão interna

IP 6 – Desenvolver o projeto de concentração dos serviços dispersos em Lisboa num único edifício.

IP 9 – Diversificar os ativos sob gestão, levando em consideração os vetores de rentabilidade e risco.

Tendo em conta estas orientações e prioridades, o Banco de Portugal prosseguirá três eixos de atuação prioritária para incrementar a sustentabilidade ESG no âmbito do seu mandato:

- Eixo 1– Integrar os riscos climáticos nas missões do Banco de Portugal;
- Eixo 2– Reforçar a sustentabilidade ESG na gestão interna;
- Eixo 3– Promover a consciência ESG dos trabalhadores e interlocutores externos.

Para traduzir esta ambição, adotará o lema **“Agir pela sustentabilidade”**, com o qual pretende refletir o espírito que deve animar a ação diária dos trabalhadores em todos os domínios de atuação do Banco de Portugal.

Os eixos de atuação prioritária para a sustentabilidade ESG serão densificados nos planos de atividades anuais e as iniciativas daí resultantes acompanhadas pela Subcomissão para a Sustentabilidade e o Financiamento Sustentável, a estrutura que coordena os trabalhos relacionados com a sustentabilidade ESG no Banco de Portugal.

1 Enquadramento

O Banco de Portugal, enquanto instituição cujas principais missões são a manutenção da estabilidade dos preços e a salvaguarda da estabilidade do sistema financeiro, está comprometido com a sustentabilidade do processo de desenvolvimento económico e social do País.

No relatório *Our Common Future*, da Bruntland Commission, publicado em 1987, define-se “desenvolvimento sustentável” como aquele que “responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para responderem às suas próprias necessidades”. Esta definição tem subjacentes princípios de equidade intergeracional e de preservação ambiental e dos recursos naturais, mas é demasiado ampla para ser operacional.

Ao longo dos últimos 15 anos, a sigla ESG tornou-se numa referência incontornável na definição das políticas públicas e das estratégias das empresas e das instituições financeiras, associando à noção de sustentabilidade as dimensões ambiental, social e do governo das organizações.

Sem sustentabilidade ambiental, social e de governação, a estabilidade macroeconómica e a estabilidade financeira estarão sempre ameaçadas.

A componente ambiental tem assumido maior protagonismo, porquanto os riscos ambientais, relacionados sobretudo com as alterações climáticas, mas também com outros fenómenos, como a perda de biodiversidade, constituem uma importante fonte de risco para o balanço das instituições financeiras — afetando, por esta via, diretamente a missão dos supervisores — e têm implicações macroeconómicas mais vastas, com eventual relevância para a condução da política monetária.

Contudo, a importância crescente da componente ambiental nas preocupações de sustentabilidade dos bancos centrais não anula os pilares social e governação, que continuam a ser materialmente relevantes e objeto de atenção e de ação por parte dos bancos centrais, por inerência da sua missão e também numa perspetiva de liderança pelo exemplo.

Uma auscultação aos principais interlocutores do Banco de Portugal, realizada em 2020 no âmbito da elaboração do *Relatório de Sustentabilidade*, revelou que os temas identificados como relevantes para o Banco estão ainda muito associados aos pilares da governação e social. No pilar da governação, os inquiridos destacaram as questões de transparência, ética, independência e gestão do risco e, no pilar social, o papel do Banco enquanto promotor da literacia económica e financeira e empregador responsável.

A sustentabilidade ESG impacta transversalmente toda a atividade do Banco de Portugal, quer na vertente das suas missões e funções estatutárias, quer na vertente corporativa. Este documento, que integra as iniciativas do Plano Estratégico 2021–25 relacionadas com a sustentabilidade ambiental, social e da governação, tem o duplo propósito de:

- Transmitir uma visão integrada do posicionamento e guiar a atuação do Banco no domínio da sustentabilidade ESG ao longo do próximo quadriénio;
- Dar continuidade e aprofundar o *Compromisso com a sustentabilidade e o financiamento sustentável* (doravante “Compromisso”), divulgado em março de 2020.

O Capítulo 2 recorda o caminho já percorrido pelo Banco de Portugal para integrar a sustentabilidade ESG na sua atuação e descreve as estratégias de sustentabilidade ambiental de um conjunto diversificado de bancos centrais, fornecendo, assim, uma base de comparação perante o que o Banco de Portugal tem feito relativamente a este pilar da sustentabilidade ESG.

O Capítulo 3 descreve a visão e os eixos de atuação que, considerando as orientações e prioridades definidas pelo Conselho de Administração para o período 2021–25, e numa linha de continuidade com o “Compromisso”, guiarão o Banco em matéria de sustentabilidade ESG no

próximo quadriénio. As iniciativas serão concretizadas nos planos anuais de atividades e acompanhadas pela Subcomissão para a Sustentabilidade e o Financiamento Sustentável, a estrutura interna criada, em junho de 2020, para coordenar os trabalhos relacionados com a sustentabilidade ESG no Banco de Portugal.

2 Sustentabilidade ESG: onde estamos?

2.1 O caminho percorrido pelo Banco de Portugal

A responsabilidade social e ambiental é um dos valores do Banco de Portugal, plasmado nos sucessivos planos estratégicos e vertido na sua atuação enquanto banco central e supervisor financeiro, bem como na sua gestão interna. A qualidade do modelo de governo tem sido também objeto de atenção por parte do Banco, que, nos últimos anos, introduziu diversas inovações e melhorias, reportadas nos relatórios anuais do Conselho de Administração.

No início de 2020, o Banco divulgou, publicamente, o *Compromisso com a sustentabilidade e o financiamento sustentável*, documento orientador do seu posicionamento e intervenção no domínio da sustentabilidade ESG, com ênfase no pilar ambiental e, dentro deste, na vertente das alterações climáticas, por ser a que mais releva para a missão de salvaguarda da estabilidade do sistema financeiro e aquela cujos efeitos mais se fazem sentir. O “Compromisso” estabeleceu quatro eixos de atuação prioritária: (i) identificação e avaliação dos riscos; (ii) práticas internas de sustentabilidade; (iii) intervenção nacional e internacional; (iv) comunicação e colaboração. A Caixa 1 descreve as principais iniciativas desenvolvidas em execução do “Compromisso”, tomando como referência estes quatro eixos de atuação.

Em julho de 2021, o Banco de Portugal publicou o seu primeiro *Relatório de Sustentabilidade*, relativo ao período compreendido entre 1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2020. O relatório descreve o desempenho do Banco na promoção do desenvolvimento sustentável, com base nos temas que os seus interlocutores identificaram como mais importantes, e foi preparado de acordo com as normas internacionais de referência para o reporte de sustentabilidade, definidas pela Global Reporting Initiative.

Os parágrafos seguintes descrevem sumariamente os principais marcos do caminho percorrido pelo Banco no que respeita à incorporação de cada um dos pilares da sustentabilidade ESG na sua atividade.

Pilar ambiental

O Banco de Portugal tem trabalhado com maior intensidade, sobretudo nos últimos três anos, as matérias relacionadas com a sustentabilidade ambiental e o financiamento sustentável. A adesão à NGFS — Network for Greening the Financial System, em dezembro 2018, constituiu um desenvolvimento particularmente relevante neste percurso. Com esta adesão, o Banco deu visibilidade ao compromisso de contribuir, no âmbito do seu mandato, para o esforço global de promoção dos objetivos ambientais e, em especial, para o combate às alterações climáticas.

Desde então, o Banco delineou uma estratégia e um plano de trabalhos, produziu estudos e análises, adotou medidas de supervisão, adquiriu obrigações verdes, alargou substancialmente a sua participação e intervenção em estruturas nacionais e internacionais, reduziu a sua pegada ecológica e desenvolveu iniciativas de comunicação sobre esta temática.

Em novembro de 2021, por ocasião do “Dia da Finança” da Conferência do Clima das Nações Unidas (COP26), foi divulgada a “[Declaração do Banco de Portugal sobre Ação Climática](#)”, na qual o Banco de Portugal definiu os compromissos e as ações que empreenderá com o objetivo de contribuir para as metas climáticas assumidas pela União Europeia e pelo Estado Português. É ainda feito um balanço das iniciativas que desenvolveu no domínio da sustentabilidade.

Pilar social

A responsabilidade social é um dos valores do Banco de Portugal e reflete o seu compromisso em contribuir ativamente para uma sociedade mais inclusiva e justa. A atuação do Banco neste pilar tem-se traduzido na realização de ações de proximidade e em parceria com a comunidade, no apoio a causas e projetos socialmente responsáveis e no posicionamento enquanto organização que gera emprego e riqueza.

Na última década, o Banco de Portugal tem trabalhado junto da comunidade através de iniciativas de responsabilidade social e de voluntariado e conta atualmente com uma rede permanente de 140 voluntários.

Em 2019, foi definida uma política de apoio financeiro e social. Esta política estabelece os eixos de intervenção e os critérios de atribuição de apoios, privilegiando as iniciativas que contribuam para a melhoria da literacia económica e financeira da população portuguesa e para o enriquecimento de conhecimentos no domínio das ciências económico-financeiras. A atribuição de patrocínios obedece a princípios de transparência e de igualdade de oportunidades para as entidades que solicitam apoio ao Banco, de compromisso com as entidades apoiadas e de avaliação regular das parcerias existentes e dos projetos financiados.

No domínio da literacia económica e financeira, o Banco de Portugal, juntamente com os demais supervisores financeiros, é responsável, desde 2011, pela implementação do Plano Nacional de Formação Financeira. Tem também apostado no desenvolvimento de iniciativas para ajudar os cidadãos a compreenderem melhor a economia e as funções de banco central, de entre as quais se destacam o Núcleo 8 e o Centro de Educação Financeira do Museu do Dinheiro e as séries de descodificadores e de *podcasts* divulgadas no *site* e redes sociais do Banco.

Como empregador responsável, o Banco de Portugal tem apostado na formação dos seus trabalhadores, prestando-lhes apoio financeiro para a frequência de cursos superiores e de cursos especializados. Em 2016, este investimento foi reforçado com a criação de uma academia corporativa, no âmbito da qual foi constituída uma Escola de Gestão e Liderança e, em 2020, também uma Escola de *Data Science*. No que respeita à diversidade e inclusão, o estudo sobre disparidade salarial entre géneros, realizado em 2020 confirmou a existência de um equilíbrio de género ao nível das funções exercidas, com exceção da gestão de topo, e um equilíbrio global no processo anual de promoção por mérito.

Pilar de governação

No Plano Estratégico 2017–2020, o Banco de Portugal estabeleceu como orientação alinhar o seu modelo organizativo e de governo com as melhores práticas dos bancos centrais do Eurosistema.

Nos últimos quatro anos, o Banco aperfeiçoou o seu modelo de governo, organização e processos para dar resposta às exigências decorrentes das novas funções que lhe foram atribuídas e da transformação digital. Foi desenvolvido um modelo de gestão e controlo de risco, inspirado na

prática de instituições de referência, caracterizado pela independência e segregação de funções, pelo estímulo à especialização e pela gestão integrada do risco com o planeamento estratégico do Banco. O quadro normativo e de observância das regras de ética e de conduta foi reforçado através da sistematização dos procedimentos de prevenção de conflito de interesses e de controlo dos limites às transações financeiras privadas. Foi também nomeada a Encarregada da Proteção de Dados do Banco de Portugal e criado um gabinete de proteção de dados.

O Banco de Portugal beneficia de um estatuto de independência, indispensável ao prosseguimento da sua missão. Como contrapartida desse estatuto, e sendo uma instituição de serviço público, cabe-lhe pautar a sua atuação por elevados padrões de transparência e prestar contas pela atividade desenvolvida, os recursos utilizados e os resultados alcançados. No último quadriénio, o Banco apostou, por isso, no desenvolvimento de uma comunicação moderna, diversificada, abrangente e adaptada aos diferentes interlocutores.

Caixa 1 • Compromisso com a sustentabilidade e o financiamento sustentável

– Onde estamos

O *Compromisso do Banco de Portugal com a sustentabilidade e o financiamento sustentável*, divulgado em março de 2020, definiu quatro eixos de atuação prioritários no domínio da sustentabilidade ESG para o horizonte 2020–2021: identificação e avaliação dos riscos; práticas internas de sustentabilidade; intervenção nacional e internacional; comunicação e colaboração.

Eixo 1 – Identificação e avaliação dos riscos

O primeiro eixo diz respeito à criação de capacidade para identificar, avaliar e mitigar os riscos financeiros associados ao impacto das alterações climáticas, avaliar os impactos macroeconómicos das alterações climáticas e ultrapassar as lacunas de dados.

Na área de estabilidade financeira, o Banco tem procurado medir a exposição dos bancos portugueses a empresas de setores mais vulneráveis aos riscos da transição energética. Em junho de 2021, publicou um estudo que revela que mais de 60% dessas exposições se encontravam em setores relevantes para a política climática.

O Banco de Portugal esteve também envolvido na elaboração do “Guia do BCE sobre Riscos Climáticos e Ambientais”, divulgado no final de 2020. Este Guia é dirigido às instituições significativas do Mecanismo Único de Supervisão e estabelece expectativas de supervisão em quatro domínios: governo interno, gestão do risco, análise de cenários e divulgação de informação relevante. Em abril de 2021, o Banco de Portugal estendeu a aplicação do Guia às instituições menos significativas sob sua supervisão direta, através da Carta Circular n.º CC/2021/00000010. O diálogo de supervisão passará a integrar os riscos climáticos a partir do segundo trimestre de 2022, tendo sido, entretanto, lançado, junto das instituições, um exercício de autoavaliação das práticas atuais e dos planos de atuação futura.

Na vertente macroeconómica, foram publicados **trabalhos de investigação** e **sistematização** do conhecimento sobre as alterações climáticas e as políticas económicas destinadas a mitigar os seus efeitos. Têm sido também desenvolvidos esforços para constituir um repositório de dados climatológicos e de exposição de empresas a riscos climáticos. Em setembro de 2020, o Banco assinou uma parceria com a APA — Agência Portuguesa para o Ambiente, para participação num projeto, com duração prevista de três anos, destinado a avaliar a vulnerabilidade do território português às alterações climáticas, e que envolve também a Direção Geral do Território, o IPMA e

a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. O Banco lidera a análise dos impactos macroeconómicos das alterações climáticas e da transição energética.

O Banco também interveio nas discussões sobre as implicações das alterações climáticas para a condução da política monetária, no âmbito da revisão da estratégia de política monetária do Eurosistema.

Eixo 2 – Práticas internas de sustentabilidade

O segundo eixo do “Compromisso” refere-se às práticas internas de sustentabilidade, em duas dimensões: a gestão da carteira de ativos do Banco de Portugal e a redução da pegada ecológica enquanto organização.

Nos últimos dois anos, o Banco tem incorporado princípios ESG nas normas orientadoras para a gestão da sua carteira de ativos de investimento próprios. Em 2020, investiu em emissões inaugurais de obrigações verdes (*green bonds*) do Tesouro alemão e, em 2021, adquiriu unidades de participação no BIS *Green Bond Fund* em euros (após investimento no BIS *Green Bond Fund* em dólares dos Estados Unidos no ano de 2019). Foi finalizado um trabalho interno de revisão estratégica da gestão de ativos financeiros de investimento próprios, que abrange, entre outros, a incorporação de princípios ESG. No âmbito do acordo divulgado em fevereiro 2021 pelo Eurosistema, o Banco de Portugal assumiu o compromisso de passar a medir e divulgar a pegada de carbono dos seus ativos financeiros de investimento próprios.

Em janeiro de 2020, o Banco aderiu ao “Compromisso Lisboa Capital Verde 2020”, no qual se propôs implementar, até 2030, dez ações nas áreas da energia, água, economia circular e cidadania. Em 2020, concretizou-se parte destas medidas, a par de outras não inscritas naquele compromisso, com destaque para a área da energia, com a celebração de um novo contrato de fornecimento de energia elétrica (que veio assegurar que a energia de todos os edifícios do Banco, exceto das delegações regionais dos Açores e da Madeira, é integralmente proveniente de fontes renováveis); a realização de um estudo de viabilidade para uma central fotovoltaica no Complexo do Carregado; e a redução dos consumos de energia, com recurso a iluminação LED.

Em 2020, foi ainda aprovado o [Quadro Geral de Princípios dos Adjudicatários do Banco de Portugal](#), através do qual é exigido às entidades com as quais o Banco celebra contratos de fornecimento de bens ou de prestação de serviços o respeito pelos mesmos padrões éticos pelos quais se rege e o compromisso com a sustentabilidade económica, social e ambiental.

Atualmente, estão em curso três iniciativas relevantes: um estudo de mobilidade, que visa informar a futura política de mobilidade sustentável; a atualização do cálculo da pegada ecológica do Banco, através do cálculo das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), abrangendo os seus 19 edifícios; e a participação num projeto liderado pelo BCE destinado a avaliar o impacto ambiental da emissão de notas e moedas de euro (€ Product Environmental Footprint Project).

Em julho de 2021, o Banco de Portugal publicou o seu primeiro [Relatório de Sustentabilidade](#), relativo ao período compreendido entre 1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2020. O relatório descreve o desempenho do Banco na promoção do desenvolvimento sustentável, com base nos temas que os seus interlocutores identificaram como mais importantes, e foi preparado de acordo com as normas internacionais de referência para o reporte de sustentabilidade, definidas pela Global Reporting Initiative.

Eixo 3 – Intervenção nacional e internacional

O terceiro eixo de atuação prioritária definido no “Compromisso” respeita à intervenção do Banco de Portugal em instâncias nacionais e internacionais nas quais são debatidas medidas com potencial impacto no sistema financeiro.

No plano internacional, o Banco de Portugal participa em cerca de 20 estruturas especificamente dedicadas à sustentabilidade ambiental, no âmbito do Banco Central Europeu, do Mecanismo Único de Supervisão, do Comité Europeu do Risco Sistémico, da Autoridade Bancária Europeia, do Banco de Pagamentos Internacionais e da NGFS.

No plano nacional, o Banco integra o Grupo de Reflexão para o Financiamento Sustentável, liderado pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática, e subscreveu, em julho de 2019, a “Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável em Portugal”. Faz ainda parte do Grupo de Contacto do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros para a Sustentabilidade e Financiamento Sustentável, que tem por objetivo reforçar a cooperação entre as autoridades nacionais e estruturar a comunicação sobre este tema.

O Banco de Portugal contribui para os debates em curso em todas estas estruturas, procurando levar à reflexão aspetos que sejam relevantes para a economia e o sistema financeiro nacional.

O Banco também tem desenvolvido, desde finais de 2020, um exercício integrado de identificação, análise e tentativa de mitigação de questões suscitadas em estruturas de representação externa que possam ser motivo de preocupação para a economia nacional, o sistema financeiro nacional ou o próprio Banco. Em 2020 e em 2021, estas estruturas produziram e publicaram diversos relatórios que contaram com contributos do Banco e que cobrem áreas como sejam: cenários climáticos, definição de expectativas de supervisão, avaliação e gestão do risco, política monetária, gestão de ativos, análise de mercados, prioridades de investigação e regulação prudencial.

No desempenho da sua função de aconselhamento do Governo, o Banco tem apoiado sobretudo o Ministério das Finanças, prestando numerosos contributos na análise de iniciativas legislativas e na definição da posição negocial nacional, incluindo, em 2021, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

Eixo 4 – Comunicação e colaboração

O quarto e último eixo de atuação do Banco de Portugal em resposta aos desafios da sustentabilidade ESG é a comunicação e colaboração com entidades externas.

Neste âmbito, o Banco promoveu, em 2020, uma *sessão sobre sustentabilidade e financiamento sustentável* especificamente dirigida ao sistema bancário e tem participado em iniciativas públicas de comunicação e divulgação. Em novembro de 2021, foi divulgada a *Declaração do Banco de Portugal sobre Ação Climática*, que explicita os compromissos e as principais ações a empreender com o objetivo de contribuir para as metas climáticas assumidas pela União Europeia e pelo Estado Português. No mesmo sentido, em outubro de 2021, o Banco de Portugal introduziu em duas das suas conferências mais importantes — a *Conferência de Estabilidade Financeira* e o *XXXI Encontro de Lisboa* — painéis dedicados à sustentabilidade e ao financiamento sustentável.

Em matéria de comunicação interna, criou, em 2021, uma secção permanente na revista interna do Banco dedicada a temas de sustentabilidade.

2.2 Abordagem dos bancos centrais à sustentabilidade ambiental

Esta secção descreve sumariamente as estratégias de sustentabilidade ambiental de um conjunto de bancos centrais que se têm destacado pela atenção que dedicam às questões ambientais e, em particular, às alterações climáticas. Ainda que vários dos bancos centrais considerados tenham estratégias mais abrangentes de responsabilidade social corporativa, a dimensão ambiental é a que assume maior relevo na perspetiva das áreas de missão de um banco central, e também a que apresenta mais semelhanças entre as abordagens seguidas.

A resenha efetuada abrange bancos centrais de diversas dimensões, geografias e enquadramentos institucionais e procura sistematizar a abordagem de cada um à sustentabilidade ambiental nos domínios da governação e prestação de contas e da estratégia, objetivos de médio prazo e principais ações desenvolvidas.

São cobertos 15 bancos centrais, entre os quais cinco fora da União Europeia: Reserve Bank of Australia, Bank of Canada, Bank Negara Malaysia, Reserve Bank of New Zealand e Bank of England; um da União Europeia não pertencente ao Eurosistema: Sveriges Riksbank (Suécia) e nove do Eurosistema: Banca d'Italia, Banco de Portugal, Banque de France, Banque Nationale de Belgique, Central Bank of Ireland, Deutsche Bundesbank, Banco Central Europeu (BCE), De Nederlandsche Bank e Suomen Pankki.

Governança e prestação de contas

Em matéria de **governança**, existe um largo espetro de abordagens, que inclui desde modelos mais estruturados e com um maior grau de centralização hierárquica (*top-down*), a modelos pouco definidos e predominantemente *bottom-up*. Tem-se, contudo, assistido a uma evolução no sentido de abordagens cada vez mais estruturadas, refletindo a importância crescente e o caráter transversal da sustentabilidade.

No Bank of England, o membro da comissão executiva com o pelouro da supervisão prudencial foi nomeado *sponsor* para os riscos climáticos, cabendo-lhe propor ao governador a estratégia para lidar com estes riscos e supervisionar a respetiva implementação. O Bank Negara Malaysia atribuiu idênticas responsabilidades ao seu vice-governador.

O BCE, o Banque de France e o Central Bank of Ireland criaram recentemente unidades de estrutura com recursos dedicados (cerca de 10 FTE, no caso do BCE), para coordenar as respetivas ações em matéria de sustentabilidade ambiental. O Bundesbank estabeleceu uma rede interna — *nachhaltigkeit* (sustentabilidade) — para apoiar a sua participação na NGFS, no âmbito da qual coordena uma linha de trabalho (*workstream*) dedicada a “Scaling up Green Finance”.

O Banco de Portugal segue uma abordagem mista, predominantemente *bottom-up*. Em substituição de um grupo informal interdepartamental estabelecido em março de 2019, criou, em junho de 2020, uma estrutura transversal interdepartamental — a Subcomissão para a Sustentabilidade e o Financiamento Sustentável —, presidida por um membro do Conselho de Administração e apoiada por um secretariado técnico, com a missão de acompanhar e assegurar a consistência das ações levadas a cabo na área da sustentabilidade. A responsabilidade pelas propostas de ações e correspondente implementação é predominantemente departamental. Na mesma linha, o Suomen Pankki criou uma rede conjunta com a autoridade de supervisão, presidida pelo vice-governador, com o objetivo de definir boas práticas para a integração dos vários aspetos da sustentabilidade nas atividades do Banco.

Relativamente aos restantes bancos centrais analisados, não foi encontrada, nos respetivos *sites*, informação sobre o modelo de governo que vigora no domínio da sustentabilidade, o que sugere

que tenderá a predominar, nestes casos, uma abordagem mais informal e ascendente do ponto de vista hierárquico (*bottom-up*).

No domínio da **prestação de contas**, a generalidade dos bancos centrais divulga, nos respetivos relatórios anuais de atividades ou relatórios de sustentabilidade, informação sobre as suas estratégias e ações no domínio da sustentabilidade ambiental. Adicionalmente, vários bancos centrais têm publicações especificamente dedicadas a temas ambientais.

Alguns bancos centrais, incluindo os de Canadá, Malásia, Reino Unido, França, Países Baixos e Finlândia, publicam, ou planeiam publicar em breve, reportes sobre a pegada ecológica das suas atividades e das carteiras de ativos sob gestão, que seguem, pelo menos parcialmente, as recomendações da **Task Force on Climate Related Financial Disclosures** (TCFD). O BCE, o Bundesbank, a Banca d'Italia e o Central Bank of Ireland divulgam anualmente um relatório ambiental, no qual reportam as principais ações desenvolvidas e os resultados alcançados.

Em fevereiro de 2021, os bancos centrais do Eurosistema adotaram uma **posição comum** sobre a aplicação, à gestão das suas carteiras de ativos próprios, de princípios de investimento sustentável e responsável, tendo em vista o reporte harmonizado da pegada de carbono dessas carteiras, de acordo com as recomendações da TCFD, a partir de 2023 (com referência a 2022).

Estratégia, objetivos de médio prazo e principais ações

A generalidade dos bancos centrais analisados assume publicamente estratégias e objetivos ambientais, nalguns casos inseridos em estratégias e objetivos ESG. As abordagens são abrangentes, cobrindo, em quase todos os casos, quer as áreas de missão quer a vertente corporativa do banco central.

Na **vertente de missão**, trata-se de integrar os riscos climáticos nas políticas de estabilidade financeira, supervisão e monetária e na investigação e análise económica e de contribuir para o esforço global de resposta às alterações climáticas. Alguns bancos centrais têm implementado ou anunciaram a intenção de realizar testes de esforço climáticos aos bancos e seguradoras. Têm igualmente publicado trabalhos de investigação relacionados com as alterações climáticas.

É de referir ainda a criação de fóruns com outros supervisores e a indústria para partilha de informação e boas práticas em matéria de gestão de riscos climáticos, como o Joint Committee on Climate Change, que reúne os supervisores financeiros da Malásia e representantes da indústria; o Climate Financial Risk Forum, instituído pelas autoridades de supervisão prudencial e de supervisão comportamental do Reino Unido; a Commission Climat et Finance Durable francesa; e a Sustainable Finance Platform, criada pelo De Nederlandsche Bank. O Banco de Portugal participa no Grupo de Reflexão para o Financiamento Sustentável, liderado pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática, que integra os supervisores financeiros, associações representativas do setor e algumas instituições a título individual. O Banco também faz parte do Grupo de Contacto para a Sustentabilidade e o Financiamento Sustentável, do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Na **vertente corporativa**, pretende-se reduzir a pegada ecológica das operações de banco central, incluindo, em vários casos, na gestão das carteiras de ativos de investimento próprios e fundos de pensões e na produção de notas. O BCE tem uma política de gestão ambiental desde 2007, com objetivos estratégicos e métricas, sujeitos, desde 2010, aos modelos e verificação externa no âmbito do Eco-Management and Audit Scheme (EMAS), e vários bancos centrais anunciaram objetivos numéricos para a redução da sua pegada ecológica:

- Bank of Canada – Reduzir em 80% as emissões de GEE com origem nas instalações até 2030, com referência a 2018, e atingir a neutralidade de emissões em 2050;
- Bank of England – Reduzir as emissões de GEE (âmbitos 1 e 2 e viagens de negócios) em 63% até 2030, em relação a 2015;

- Banque de France – Atingir a neutralidade carbónica em 2030 e reduzir as emissões de GEE, até 2024, em, pelo menos, 10% relativamente a 2019;
- Banco de Portugal – Alinhar atividades com a trajetória de aumento máximo de 1,5 °C preconizada no Acordo de Paris e com os objetivos de neutralidade climática definidos pela União Europeia;
- Central Bank of Ireland – Reduzir emissões GEE (âmbitos 1 e 2) em 50% até 2030 e atingir neutralidade carbónica em 2050;
- De Nederlandsche Bank – Alinhamento da carteira própria com objetivos de Paris até 2050;
- Deutsche Bundesbank – Reduzir emissões de GEE em 25% até 2025 , com referência a 2013–14;
- Suomen Pankki – Atingir neutralidade carbónica da carteira de investimento até 2050.

Para atingir as suas metas ambientais no domínio corporativo, os bancos centrais têm implementado ações destinadas a:

- Auditar consumos de energia e produção de resíduos;
- Reduzir o consumo e aumentar a eficiência energética;
- Incorporar energias renováveis;
- Reduzir o consumo de água;
- Melhorar a gestão de resíduos;
- Reduzir consumos de papel e plástico;
- Melhorar os padrões de mobilidade;
- Integrar princípios de sustentabilidade ambiental nas políticas de compras;
- Promover a biodiversidade;
- Comunicar e sensibilizar os trabalhadores para as questões ESG;
- Promover novos modelos de trabalho e espaços de trabalho.

Alguns bancos centrais referem explicitamente a incorporação do risco climático nas suas políticas de gestão do risco operacional e o Nederlandsche Bank realizou mesmo um teste de esforço ao seu balanço, com o propósito de avaliar a sensibilidade ao risco de transição e seguindo, com ajustamentos, a abordagem que delineou para o sistema financeiro. No âmbito da revisão da estratégia de política monetária, o BCE anunciou que realizará, em 2022, um exercício-piloto de teste de esforço ao balanço do Eurosistema, centrado nas alterações climáticas.

3 Visão e prioridades para a sustentabilidade ESG

3.1 Visão

A sustentabilidade ambiental, a inclusão e justiça social, a transparência e as boas práticas de governação são hoje temas incontornáveis, com impacto visível e material nas políticas públicas e nas estratégias e modelos de negócio das empresas e instituições financeiras.

Conforme descrito na secção anterior, o Banco de Portugal, à semelhança da generalidade dos bancos centrais e supervisores financeiros, está atento a esta realidade e tem vindo a integrar as preocupações de sustentabilidade ESG nas suas políticas e na gestão interna, sobretudo o pilar ambiental e, dentro deste, as preocupações relacionadas com as alterações climáticas.

No próximo quadriénio, o Banco de Portugal pretende incrementar a sustentabilidade ESG, dando continuidade e aprofundando o caminho seguido nos últimos anos. Para traduzir esta ambição estratégica relativamente à sustentabilidade ESG, adotará o lema:

“Agir pela sustentabilidade”

, que traduz o espírito que deve animar a ação diária dos trabalhadores do Banco.

Prosseguindo a tendência dos últimos três anos, e atendendo à relevância dos riscos ambientais, o pilar ambiental será dominante e continuará a exigir do Banco uma atenção mais profunda e transversal. Isto implicará um esforço considerável de articulação nacional e, sobretudo, internacional, com o envolvimento do Banco em cerca de duas dezenas de estruturas especificamente dedicadas a este tema.

3.2 Prioridades

No quadro das orientações estratégicas (OE) para o próximo quadriénio, o Banco estabeleceu um conjunto de iniciativas prioritárias (IP) que relevam para a sua atuação no domínio sustentabilidade ESG, designadamente:

OE 1 | Robustez do sistema financeiro

IP 4 – Acompanhar as implicações das alterações climáticas e da transição energética para a política monetária e a estabilidade financeira.

OE 2 | Proteção do mercado bancário

IP 3 – Acompanhar a evolução e a sustentabilidade dos modelos de negócio das instituições, com foco na transformação digital, na resiliência operacional e na gestão dos riscos ambientais.

OE 3 | Recuperação e resiliência da economia

IP 1 – Contribuir para o reforço do conhecimento em questões de política pública através de uma abordagem mais sistematizada, promovendo um maior debate, análise e uma cultura de avaliação.

IP 2 – Investir na compilação e produção de dados para suporte ao aconselhamento sobre a atuação dos agentes económicos.

OE 4 | Confiança e influência na sociedade

IP 3 – Incrementar a responsabilidade social e sustentabilidade nas dimensões ambiental, social e de governação.

OE 5 | Governação e gestão interna

IP 6 – Desenvolver o projeto de concentração dos serviços dispersos em Lisboa num único edifício.

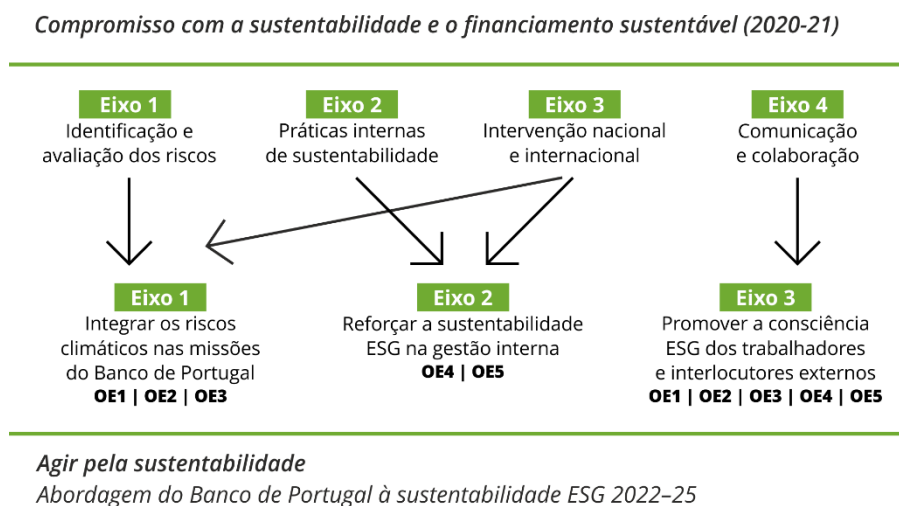
IP 9 – Diversificar os ativos sob gestão, tendo em consideração os vetores de rentabilidade e risco.

Considerando estas orientações e prioridades, definidas no Plano Estratégico para 2021–25, o Banco adotará três eixos de atuação para incrementar a sustentabilidade ESG no âmbito do seu mandato:

- Eixo 1 – Integrar os riscos climáticos nas missões do Banco de Portugal;
- Eixo 2 – Reforçar a sustentabilidade ESG na gestão interna;
- Eixo 3 – Promover a consciência ESG dos trabalhadores e interlocutores externos.

Conforme ilustrado na Figura 3.1, os três eixos agora delineados para o horizonte do Plano Estratégico 2021–25 correspondem aos eixos 1, 2 e 4 definidos no *Compromisso com a sustentabilidade e o financiamento sustentável* para o horizonte 2020–21 (tendo o eixo 3 do “Compromisso” — Intervenção nacional e internacional — sido integrado nos novos eixos 1 e 2):

Figura 3.1 • Do Compromisso com a sustentabilidade e o financiamento sustentável ao Agir pela sustentabilidade – Abordagem do Banco de Portugal à sustentabilidade ESG 2022-25



Eixo 1 – Integrar os riscos climáticos nas missões do Banco de Portugal

As interações entre o ambiente e o sistema financeiro e entre o ambiente e a política monetária suscitam muitas questões relevantes que o Banco tem de continuar a explorar, sob pena de falhar no cumprimento da sua missão.

Importa compreender as implicações e os canais de transmissão dos riscos ambientais e das políticas de transição para a evolução cíclica e estrutural da economia, para o sistema financeiro e para a condução da política monetária e incorporar fatores climáticos nos modelos de previsão e de análise económica.

Com este objetivo, o Banco:

- Constituirá bases de dados que permitam identificar e quantificar impactos dos riscos climáticos sobre a estabilidade financeira;
- Avaliará a exposição e a resiliência do sistema bancário português aos riscos relacionados com o clima e desenvolverá, neste âmbito, capacidades para a realização de testes de esforço climáticos. Estão em curso trabalhos de avaliação da sensibilidade das exposições dos bancos a um imposto sobre o carbono e de modelação de risco de crédito das sociedades não financeiras com base em cenários disponibilizados pela NGFS, nomeadamente considerando a incorporação de projeções de valor acrescentado bruto (VAB) setorial e diferenciação, ao nível da empresa, em função do respetivo nível de emissões.
- Avaliará o alinhamento das práticas de gestão do risco e de reporte dos bancos portugueses com as expectativas de supervisão e adotará as ações necessárias;
- Adaptará os modelos e metodologias subjacentes à análise e operações de política monetária, tendo em vista o objetivo primordial de estabilidade dos preços e assegurando uma gestão prudente dos riscos. O Banco contribuirá para os trabalhos no âmbito do [roteiro do BCE](#) para a inclusão de considerações sobre alterações climáticas na estratégia de política monetária, divulgado em julho de 2021. Neste contexto, o Banco promoverá, até 2025, a adaptação do exercício de teste de esforço climático do balanço do Eurosistema ao seu próprio balanço;
- Investirá na compilação e na produção de dados para elaborar análises e estudos relacionados com as alterações climáticas;
- Incorporará considerações relacionadas com as alterações climáticas na agenda de investigação para informar as políticas públicas. Neste âmbito, destaca-se a participação do Banco de Portugal num projeto liderado pela APA – Agência Portuguesa para o Ambiente, cujos resultados deverão ser divulgados até ao final de 2023 (ver Caixa 1). Além da avaliação dos efeitos macroeconómicos das alterações climáticas, que lidera, o Banco estará também envolvido na avaliação dos cenários socioeconómicos, na modelação dos impactos setoriais, na identificação das medidas de adaptação, no desenvolvimento das narrativas de adaptação para as várias sub-regiões e na comunicação e gestão do projeto.

Eixo 2 – Reforçar a sustentabilidade ESG na gestão interna

No domínio da sustentabilidade ESG, e como responsável pela **gestão de ativos de investimento próprios**, o Banco de Portugal:

- Reforçará gradualmente os princípios de investimento sustentável e responsável, prevendo-se, no horizonte do Plano Estratégico 2021–25: (i) a transição de parte das carteiras existentes para investimentos responsáveis; (ii) possivelmente, numa segunda fase, a constituição de carteiras dedicadas a investimentos sustentáveis; e (iii) o reforço de exposição às obrigações de empresas com a incorporação de considerações de sustentabilidade ESG;
- Publicará, em 2022, uma carta de investimento responsável;
- Divulgará, a partir do primeiro trimestre de 2023, informação relacionada com as métricas de caráter ambiental referentes à carteira de ativos de investimento, em linha com os objetivos anunciados pelo Eurosistema em [fevereiro de 2021](#);

- Continuará a participar nos grupos de trabalho nacionais e internacionais com o propósito de definir modelos e requisitos harmonizados de reporte, de cariz vinculativo, relativo às métricas ambientais.

O Banco de Portugal também publicará, em 2023, um roteiro para **reduzir a sua pegada ecológica enquanto organização** e alinhar as suas atividades de gestão interna com a trajetória de aumento máximo da temperatura média global de 1,5 °C, preconizada no Acordo de Paris, e com os objetivos de neutralidade climática definidos pela União Europeia e pelo Estado Português. O Banco promoverá uma política integrada de sustentabilidade ambiental na gestão dos edifícios, assegurando a redução de consumos nas suas instalações. O projeto de concentração dos serviços dispersos em Lisboa num único edifício será, nesta perspetiva, especialmente relevante.

Importa ainda prosseguir uma **política de responsabilidade social** promotora da literacia económica e financeira dos cidadãos, da integração das pessoas com deficiência, da diversidade e da igualdade de oportunidades.

No plano da **governança**, entre outras iniciativas, o Banco:

- Reverá a prestação de contas sobre sustentabilidade ESG e incluirá o reporte sobre sustentabilidade ESG no relatório anual do Conselho de Administração a divulgar em 2022;
- Robustecerá a transparência, através de exercícios de avaliação, designadamente dando continuidade e aprofundando o exercício interno, realizado em 2021, de avaliação do posicionamento do Banco de Portugal perante o Central Bank Transparency Code do FMI no domínio do combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

A integração dos princípios de sustentabilidade ESG nas funções corporativas do Banco de Portugal requer, como **condição prévia**, informação robusta e atualizada, que sustente a tomada de decisão, a gestão e a prestação de contas. Neste sentido, serão constituídas **bases de dados** que permitam:

- Medir a pegada de carbono dos ativos financeiros de investimento próprios;
- Medir a pegada ecológica do Banco;
- Satisfazer necessidades de reporte das temáticas ESG;
- Acompanhar o desempenho dos objetivos ESG e realizar análises de custo/benefício.

No desenvolvimento destas bases de dados, o Banco procurará obter sinergias, nomeadamente explorando oportunidades de partilha de dados ou de contratações conjuntas no âmbito do Eurosistema e garantindo internamente o acesso transversal aos dados para os diversos fins para os quais são necessários.

Eixo 3 – Promover a consciência ESG dos trabalhadores e interlocutores externos

Pretende-se dar a conhecer o trabalho desenvolvido e os resultados alcançados em matéria de sustentabilidade ESG através da realização de iniciativas de divulgação, diálogo com as partes interessadas e formação, enquadrados por uma política de comunicação ESG que fomente o debate e a disseminação de conhecimento. Neste sentido, o Banco:

- Lançará uma secção dedicada à sustentabilidade ESG no *site* institucional em 2022;
- Promoverá ações de consciencialização dirigidas aos seus interlocutores externos, com destaque para o setor bancário, e aos seus trabalhadores;
- Incorporará as preocupações relacionadas com o clima nas suas iniciativas de literacia económica e financeira.